PRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: alguns apontamentos para o debate

Angélica Luiza Silva Bezerra[1]

RESUMO

Este artigo trata sobre a produção destrutiva do capital com base no desperdício da obsolescência programada que pôs em evidência a impossibilidade de um desenvolvimento sustentável tal como preconizam as metas das Nações Unidas, visando superar os problemas sociais e econômicos que a humanidade enfrenta. O objetivo é trazer para a discussão os fundamentos da valorização do capital em detrimento das necessidades humanas, acarretando o acirramento da questão social, evidenciado principalmente no retorno da pobreza absoluta e na devastação da natureza. A discussão fundamenta-se em K. Marx e I. Mészáros para resgatar as bases materiais do desenvolvimento capitalista. Para demonstrar a atualidade desses fundamentos, trazem-se dados e informações do Banco Mundial, das Nações Unidas e do IBGE que expressam a incontrolabilidade de um sistema que baseia seu desenvolvimento no desperdício enquanto seres humanos lutam pela sobrevivência.

Palavras-chave: Produção Destrutiva, Desenvolvimento Sustentável, Pobreza, Meio ambiente.

ABSTRACT

This article is about the destructive production of capital based on the waste of programmed obsolescence that highlighted the impossibility of sustainable development as advocated by the goals of the United Nations with the prerogative of overcoming the social and economic problems facing humanity. Our objective is to bring to the discussion the fundamentals of capital appreciation at the expense of human needs, leading to the intensification of the social issue, mainly salient in the return to absolute poverty and the devastation of nature. In the discussion, we will base ourselves on K. Marx and I. Mészáros to rescue the material bases of capitalist development. To demonstrate the relevance of these fundamentals, we brought data and information from the World Bank, the United Nations and the IBGE that express the lack if control of a system that bases its development on waste while human beings struggle for survival.

[1] Docente do curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios/ Campus Arapiraca/ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: angelicamcz@yahoo.com.br.

Keywords: Destructive Production, Sustainable Development, Poverty, Environment.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1970, com a ativação da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), a sociedade capitalista passou por mudanças significativas no que se refere ao enxugamento de despesas e ao uso de tecnologias que objetivam a manutenção do controle da exploração do trabalho, aliadas à ampliação da lucratividade com base na ampliação da superpopulação relativa e a um tipo de desenvolvimento que, mais do que nunca, tornou-se nocivo à própria sobrevivência da humanidade, pois visa à produção genuinamente destrutiva através do desperdício e à custa duma devastação ambiental sem precedentes.

Deste modo, trabalhadores(as) de todo o mundo experimentam o acirramento da questão social nas suas mais variadas formas, seja no desemprego crônico (Mészáros, 2002), e suas consequências mais diretas, como no trabalho informal, seja no incentivo ao empreendedorismo e nas atuais modalidades de trabalho que foram expressivas, no momento da atual pandemia, a saber: o trabalho em *home office* ou trabalho remoto e a proliferação do trabalho por conta própria. Para uma maioria esmagadora da população, é evidente o retorno da pobreza absoluta, a ampliação da fome, a proliferação de novas doenças e o retorno de doenças mortais, o aumento da violência e a destruição do meio ambiente.

Mediante tais contradições e em nome dos direitos humanos, desenvolvimento e da proteção ambiental, organismos internacionais como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho se empenharam desde os anos 1990 em traçar metas e objetivos com a pretensão de erradicar as mazelas próprias deste tipo de sociedade que transformou a própria força de trabalho em mercadoria, objeto de uso e de troca, e que, se não houver comprador, ficará à mercê da caridade pública e de mecanismos estratégicos que possam garantir uma renda através de ocupações no campo da informalidade.

Nos anos 2000 deu-se, pelo Programa das Nações Unidas, uma declaração intitulada “Desenvolvimento do Milênio”, que teve como proposta estabelecer oito metas a fim de assegurar um novo desenvolvimento sustentável até 2015. Conforme

o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, tais metas são: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Tais metas foram adotadas pelos 189 países-membros através de acordos internacionais discutidos ao longo dos anos 1990.

Devido à própria lei geral da acumulação capitalista que fundamenta o sistema do capital, baseada na desigualdade social, as metas não foram concretizadas de forma satisfatória, cabendo às Nações Unidas uma nova proposta com ampliação de metas, projetadas até 2030. Na tentativa de alcançar a agenda do desenvolvimento sustentável, 17 metas foram alinhadas em três âmbitos de desenvolvimento: 1) Erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões; 2) Aceleração das transformações estruturais; 3) Construção de resiliência das crises e conflitos. Esses foram divididos em seis eixos transversais: Manter as pessoas fora da pobreza; Governança para sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Prevenção de crises e aumento de resiliência, Meio ambiente: soluções para o desenvolvimento baseado na natureza; Energia limpa e acessível e Empoderamento das mulheres e igualdade de gênero.

Para os fins deste artigo, destacaremos a discussão sobre a tentativa de manter pessoas fora da pobreza e a busca de soluções para um desenvolvimento com base no meio ambiente, num contexto histórico em que a realidade está na contramão de tais metas, pois a cadeia do desenvolvimento tem como base a destruição de coisas e pessoas mediante o aumento do desemprego, o que amplia os índices de pobreza e a degradação da natureza.

Com base nesses argumentos, nosso objetivo é resgatar as indicações de Marx que explicam as reais necessidades da produção capitalista, e também trazer para o debate as formulações de Mészáros no que se refere à produção destrutiva, para ressaltar as dificuldades em consolidar os objetivos de um desenvolvimento sustentável em nossos dias, com o investimento cada vez maior na valorização do capital, em detrimento das reais necessidades humanas.

Nossa perspectiva teórico-metodológica consiste numa pesquisa bibliográfica direcionada a partir da teoria social de Marx, que tem como eixo central o trabalho alienado e o estudo do sistema do capital. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizamos alguns dados das Nações Unidas, do Banco Mundial e do IBGE.

2 A SUBMISSÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS À PRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A valorização do mundo das coisas tornou-se central no capitalismo avançado; neste, homens e mulheres vivem processos cada vez maiores de alienação num mundo fantasioso em que impera uma demonstração de felicidade atrelada ao poder do ter. Isso traz para a vida humana a criação de novas necessidades, compatíveis com o desenvolvimento do capital em um universo tecnológico, o que impulsiona formas de aprisionamento para adquirir mercadorias baseadas em necessidades cada vez mais vazias de sentido e supérfluas, que num curto período de tempo tornam-se obsoletas pelo próprio movimento da produção e do consumo sem controle.

Nas palavras de Marx, “[...] com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (MARX, 2006, p. 111, grifo do autor). Esta realidade conduz a processos de desumanização nos quais as relações sociais se ajustam a moldes de vida que controlam as emoções, as reações e a racionalidade de homens e mulheres. Além desses ajustamentos de vida, para quem pode consumir, ajustamo-nos às novas modalidades de sobrevivência humana na forma do trabalho alienado sob o jugo do capital. Enquanto uma minoria vive na abundância e no desperdício, milhões de pessoas vivem em situação de miserabilidade. Estatisticamente, o Brasil é o nono país mais desigual socialmente em todo o mundo, conforme o Banco Mundial.

De acordo com o IBGE:

> De 2018 para 2019, a pobreza medida pela linha de US$ 5,5 PPC caiu de 25,3% para 24,7% das pessoas. Já a extrema pobreza (US$ 1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2020, p. 1).

Atualmente, com a crise de saúde pública mundial, as contradições são ainda maiores, como demonstra o Banco Mundial: "[...] a meta de reduzir a taxa absoluta global de pobreza para menos de 3% até 2030 – que já havia sido cometida antes da crise – agora é inatingível sem uma ação política rápida, significativa e substancial" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 1).

Diante de tal situação, uma das metas do desenvolvimento sustentável é erradicar a pobreza e a fome com estratégias políticas e econômicas através de sistemas de proteção social adequados até atingir a cobertura dos mais pobres e vulneráveis. Com o discurso sobre os direitos aos recursos econômicos e naturais, a ONU está empenhada em reduzir as vulnerabilidades sociais relacionadas aos problemas ambientais. Estes trazem para os mais pobres problemas ainda maiores no tocante às consequências dos desastres ambientais, pois muitos vivem em moradias precárias e insalubres.

Pesquisas atuais demonstram que a pobreza é acirrada com as mudanças climáticas:

> De acordo com estimativas de novos estudos, as mudanças climáticas levarão à pobreza entre 68 milhões e 135 milhões de pessoas até 2030. A mudança climática é uma ameaça séria e específica para os países da África subsaariana e do Sul da Ásia, as regiões onde a maioria dos pobres está concentrada. Em vários países, grande parte dos pobres vive em áreas afetadas por conflitos com alto grau de exposição a inundações, como Nepal, Camarões, Libéria e República Centro-Africana. (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 1).

No contexto atual da pandemia da Covid-19, o acirramento da questão social se torna ainda mais evidente. Conforme o Banco Mundial (2020), muitas pessoas que quase escaparam da pobreza extrema podem voltar a ela em decorrência das mudanças ambientais: a estimativa é que de 88 milhões a 115 milhões de pessoas passem para a pobreza extrema, elevando o total para entre 703 milhões e 729 milhões.

Para o Banco Mundial:

> A mais recente e imediata ameaça à redução da pobreza, a pandemia Covid-19 (coronavírus), desencadeou um desastre econômico global cuja onda de choque continua a se espalhar. Sem uma resposta global adequada, os efeitos cumulativos da pandemia e seus impactos

> econômicos, conflitos armados e mudanças climáticas terão um pesado impacto humano e econômico no futuro. (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 1).

As causas para o acirramento da questão social, pelo agravamento da pobreza, são deslocadas dos fundamentos imperativos do sistema do capital e continuam sendo lançadas como problemas individuais, e agora ambientais, revigorando a luta por reformas no âmbito da política e ampliando a força do sistema do capital sobre o trabalho, aprisionando o trabalhador ainda mais numa necessidade que se torna insuprimível na forma de ser capitalista.

O ajustamento dos trabalhadores às necessidades de produção foi imperativo para intensificar o domínio do capital em relação ao trabalho, colocando em evidência a criação de uma produção genuinamente destrutiva na atual fase do capitalismo. Esses fundamentos antagônicos da relação capital e trabalho só foram intensificados com o progresso tecnológico. A subordinação do trabalho assalariado ao capital tem como base a destruição dos recursos materiais e humanos.

Esta realidade tornou-se intrínseca ao avanço do capitalismo. Cabe à sociedade atual encontrar o equilíbrio entre produção e consumo, para "[...] poder '*consumir*' artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 640, grifo do autor). Esta realidade explicita a natureza incontrolável do capital para atingir seus objetivos de lucro, mesmo que para isso as pessoas se tornem cada vez mais supérfluas.

Nas palavras de Mészáros (2002):

> A intratável contradição entre a irrefreabilidade do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas esclarece um grande problema futuro. No passado, pelo dinamismo de sua irrefreabilidade, o capital assegurou um imenso avanço produtivo e, dessa forma, dirigiu-se para a satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas. O fato de que, durante o desenvolvimento histórico, seu irrestrito dinamismo inicial tenha-se voltado contra as condições elementares da sobrevivência humana, com a ativação dos limites absolutos do capital, não significa que a causa positiva do avanço produtivo constante – necessária precondição para realizar as legítimas aspirações humanas – possa ser deliberadamente abandonada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 221).

Assim, fica expresso o fim da ascendência histórica do capital, na qual as condições elementares da sobrevivência humana são colocadas em xeque, inclusive

no que se refere ao meio ambiente. A incontrolabilidade (Mészáros 2002) do sistema, a partir de uma crise estrutural sem precedentes, ativou seus limites absolutos. A irrefreabilidade do capital e a necessidade de restrições sempre existiram e impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas, permitindo o atendimento, sempre parcial, das necessidades humanas; mas os limites absolutos do capital acarretaram uma barreira estrutural, com a qual se defrontam as necessidades de sobrevivência da humanidade.

Atualmente, no mundo das coisas sob os ditames das tecnologias digitais, os chamados influenciadores estimulam apenas a compra de coisas supérfluas, disseminando o fetichismo da mercadoria (MARX, 1983). A fantasia se contrapõe às necessidades reais do homem. “No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 639).

Estimula-se a produção em larga escala, que se torna a negação das necessidades básicas de grandes massas humanas. O problema geral é que “[...] *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 679, grifo do autor). Com isso, já que os meios de produção foram convertidos em capital, “[...] eles têm de se *opor* às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes, as assim chamadas ‘*necessidades da* produção’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 660, grifo do autor).

O desenvolvimento da valorização do capital mediado pela produção genuinamente destrutiva, ao lado de um consumismo estimulador/manipulador, evidencia processos de alienação ainda maiores, nos quais as necessidades humanas são restritivas. A valorização do capital é uma das formas mais desumanas, pois a partir dela ampliam-se os processos de alienação.

Como a produção depende da demanda, as necessidades dos homens são criadas e recriadas num arsenal de manipulação e estímulo ao consumo exacerbado. O capital é que define a utilidade de uma dada mercadoria. Do ponto de vista do capital, o que interessa é que “[...] certa quantidade de valor de troca foi

realizada na mercadoria em questão através do próprio ato de venda independentemente de ser ela, na sequência, sujeita a uso constante, a pouco ou a nenhum uso [...]" (MÉSZÁROS, 2002, p. 660). O que importa para o desenvolvimento não é se uma mercadoria foi consumida integralmente, mas que a venda de uma dada mercadoria possa garantir a compra de outras mercadorias.

A eficácia do desperdício do capitalismo avançado garantiu a contínua extração do sobretrabalho, aliada ao grande contingente de trabalhadores supérfluos. Neste formato de destrutividade, o tempo dos indivíduos passa a ser utilizado pelo capital de forma integral. O tempo disponível é destinado ao desenvolvimento do capitalismo enquanto para a humanidade restam apenas as sobras para a sua sobrevivência.

Para Mészáros, o tempo mínimo necessário para a produção é uma tirania capitalista e possui implicações destrutivas. Do ponto de vista do trabalho, revela-se como "[...] uma força que degrada o ser humano, transformando-o em '*carcaça do tempo*' (Marx), já que aparece como ponto de vista do capital, como medida incontestavelmente objetiva e solução ideal para todas as possíveis disputas legítimas entre capital e trabalho" (MÉSZÁROS, 2002, p. 639, grifo do autor). Esta é uma realidade que interfere diretamente na vida econômica, social, psicológica e cultural de homens e mulheres.

Assim, o tempo disponível para a valorização do capital corresponde à deformação do trabalhador, em que tempo disponível e tempo necessário passam a ser correspondentes ao desenvolvimento da produtividade. "Quanto mais desejam ganhar, mais têm de abrir mão do tempo e realizar um trabalho de escravo, em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim, abreviam as suas vidas" (MARX, 2006, p. 67).

> Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito do trabalho e, portanto, pertence à autovalorização do capital. (MARX, 1983, p. 211).

Assim, Marx demonstra a mera existência do trabalhador para o capital:

> [...] Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo

> – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de Trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba tempo necessário para o consumo do ar puro e luz solar [...]. (MARX, 1983, p. 211).

Em nome do lucro, o sistema do capital atropela as forças vitais dos seres humanos, mantendo-os sob um controle que só reproduz uma condição de subordinado. Enquanto construirmos nossa vida com base num mercado competidor e concorrente, continuaremos a sacrificá-la em nome da realização do desenvolvimento. Conforme Netto: "[...] na visão marxiana, desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie, verificável *inclusive no tocante à destruição da* natureza" (NETTO, 2012, p. 426, grifo do autor).

Neste espaço de contradições ainda buscamos um sentido para a vida e formas de intervenção que possam garantir uma tranquilidade superficial para seres humanos que possam consumir a produção e os serviços, enquanto milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, acirrando uma desigualdade social descomunal. Engels demonstra que o objetivo humano é o mesmo, mas como somos inseridos na sociedade, pode alterar-se a forma como conduzimos nossa história. Estamos cada vez mais isolados uns dos outros, individualizando ainda mais nossa forma de viver, numa sociedade que tem como base a coisificação do homem, o desperdício e o egoísmo. Assim:

> Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de ser felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra, e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direção opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do individuo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna. (ENGELS, 2010, p. 68).

Nesses termos, podemos indagar: o que estamos construindo enquanto humanidade? Engels demonstrou de forma lúcida o processo de luta pela sobrevivência, na corrida pela busca da felicidade, de ter um lugar na sociedade, pois afinal, os seres humanos e trabalhadores em geral criamos uma vida que escapou do nosso controle, mas cujo objetivo central sempre foi buscar a manutenção da vida, o que se torna sem sentido dada a manutenção da barbarização da vida social: "[...] a '*missão civilizatória*' *da burguesia realizou-se, ela mesma, por meios bárbaros*" (NETTO, 2012, p. 425, grifo do autor).

Estamos numa guerra social, como já havia assinalado Engels (2010), que significa a guerra de todos contra todos, em que

> [...] os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro, e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de *tudo*, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta a vida. (ENGELS, 2010, p. 68).

Portanto, o que estamos experimentando sob as bases da destrutividade é a usurpação de uma vida plena e cheia de sentido. Ainda está na pauta do dia a construção de uma sociedade que possa verdadeiramente permitir a emancipação da humanidade, em que o desafio do desenvolvimento sustentável seja uma possibilidade concreta e não uma demanda impositiva da atual ordem do sistema capitalista.

3 CONCLUSÃO

A sociedade capitalista está em crise, mas o mundo das coisas baseado na tecnologia tenta velar a contradição do sistema, empurrando a humanidade para uma rede de consumo insana, onde prolifera uma vida cada vez mais alienada. Isso só demonstra o fetichismo das relações de produção e de consumo.

Os avanços do capitalismo colocaram em relevo o desperdício da produção sob a acentuação do estímulo do consumo em relação à demanda. O ajustamento das necessidades humanas prioriza o desenvolvimento do capital, cujo valor de troca se contrapõe ao valor de uso da mercadoria. Assim, o desperdício ou a "utilização decrescente de uma mercadoria" (MÉSZÁROS, 2002) é a base do desenvolvimento capitalista em que as mercadorias têm um tempo determinado para

serem substituídas por outras. A produção destrutiva constitui padrão e estrutura do desenvolvimento capitalista. É uma das estratégias de acumulação. A forma como a tecnologia é utilizada pelo sistema do capital contribui para os objetivos da expansão sob bases destrutivas com a utilização de novas potencialidades produtivas.

O tempo necessário para o trabalho consumido pelo capital, aliado aos avanços tecnológicos, põe empecilhos para uma sustentabilidade emancipatória, apesar de todo esforço e empenho dos Organismos Internacionais ao buscarem estrategicamente formas de enfrentamento às contradições que o capitalismo avançado gerou em nome da paz e da prosperidade de todos. A atual produção sacrifica os seres humanos e cria um processo contraditório de vida num mercado global. Os custos deste tipo de produção estão salientados no atual momento histórico, no qual até mesmo a ONU já constatou a insuficiência das alternativas que os homens vêm dando ao capitalismo avançado em formas de responsabilidade social. Deste modo, a conta quem paga é o trabalhador, e não o capitalista, dono da produção da riqueza.

Portanto, é central a condução de novas estratégias para que as potencialidades verdadeiramente humanas possam ser repostas, pois as contradições na forma do acirramento da questão social estão sendo cada vez mais potencializadas, evidenciando a impossibilidade de um tipo de sociedade que tem como base a alienação do trabalho. As metas traçadas pela ONU através do desenvolvimento sustentável só serão concretizadas para além do capital, pois somente com a emancipação do trabalho, homens e mulheres poderão ser livres e a produção não será manipulada pela destrutividade das coisas, mas conforme as necessidades da vida humana.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população**. Brasil: 12 nov. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao. Acesso em: 11 jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Pobreza: visão geral**. Brasil. 7 out. 2020. Disponível em: https://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/overview. Acesso em: 10 jul. 2021.
ENGELS. F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2010.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (t. 1).

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (t. 2).

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret. 2006.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 111. São Paulo: Cortez. 2013. p. 413-429.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Brasil. 8 jul. 2003. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metas_desenvolvimento_milenio.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.